

ANÁLISE POLÍTICA DO PROCESSO DE COMPRA E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DOS CAÇAS GRIPEN

Francisco Pôrto Júnior¹
Marco Antônio Alves²

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo descritivo sob a perspectiva qualitativa através do método bibliográfico, de acordo com Coutinho (2014), que visa discutir o processo político de compra e Transferência de Tecnologia (TT) dos caças GRIPEN NG. Para isso, recorre-se ao estudo do processo decisório envolvendo: inter-relações entre os principais atores, consensos, interesses e valores. Pretende-se refletir sobre resultantes do jogo político ocorrido durante os governos FHC, Lula e Dilma, verificar sua relação com o projeto político-social neoliberal e seus intervenientes no âmbito internacional. Como guia deste estudo apresentam-se perguntas, as quais deverão ser respondidas ao longo do texto referente aos atores políticos: Quais foram estes atores? Como os atores políticos atuaram? Por quais motivos atuaram?

Na AP, as crenças, valores, ideias e objetivos políticos são variáveis que devem ser levadas em conta, com a finalidade de explicar, dentre outros aspectos, os motivos pelos quais sofrem mudanças no decorrer do tempo (Sabatier e Jenkins-Smith 1993). Dessa forma, considera-se que são os sistemas de crenças que determinam a direção das políticas públicas (PP). Grupos políticos, aqui denominados de *advocacy coalitions* (coalizões de defesa), eventualmente usam de estratégias políticas, informações técnicas e científicas para mudar pontos de vista de outros grupos políticos (coalizões), de acordo com um determinado sistema de crenças, interesses e valores.

Este trabalho resgata aspectos apontados por Ham e Hill (1993),

¹ Professor na Universidade Federal do Tocantins, Brasil. PhD em Comunicação e Cultura Contemporânea. E-mail: gilsonporto@uft.edu.br

² Doutorando in Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. E-mail: E-mail: baleeiro@uft.edu.br

quanto a forma de fazer a Análise Política, pois discute-se como surgiu historicamente o processo de compra dos caças GRIPEN NG, como essa PP foi implementada e quais os resultados obtidos ou consequências advindas desta. Quanto ao conceito de ideologia utilizado nesta pesquisa, considera-se a visão de István Mészáros, tema exaustivamente analisado em sua obra “O poder da ideologia”, sendo entendido por ele como uma forma de consciência social específica de uma classe social ou grupo político (Mészáros 2012).

No Brasil desde o início do século XXI, as políticas de C,T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), apesar de apresentar uma certa valorização das políticas públicas (PP), mantêm uma preponderância orientada pela ênfase nos mecanismos de mercado (Viotti 2008). Segundo Dagnino (2010), a IDB, devido às suas particularidades, a América Latina e Caribe (ALC) possui uma baixa aderência à lógica da inovação centrada na empresa privada, apesar de defendê-la em seu discurso político-ideológico.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não pode ser explicado apenas como um tipo de política econômica, mas um sistema normativo, que ampliou sua influência de modo sistêmico, em todas as relações sociais e esferas da vida, e que rege o comportamento e as relações com os outros e com nós mesmos, que ordena todas as relações (inclusive entre atores institucionais) a seguirem o modelo do mercado. Há mais de 30 anos essa norma de vida rege também as políticas públicas.

É de amplo conhecimento as críticas da maioria dos economistas heterodoxos em relação a eficiência das políticas neoliberais para o desenvolvimento social e econômico de um país. E em especial no Brasil, uma herança ideológica dos governos militares, principalmente a partir do golpe militar de 1964, se materializa em pressões caracterizadas por este sistema de crenças mesclado por um autoritarismo. Desta forma, observa-se no discurso político-ideológico de incremento da indústria de defesa nacional, através da compra de armamentos importados, o frágil caráter democrático que isso representaria. Entretanto, faz-se necessário compreender a complexidade do jogo político envolvido nas políticas públicas, pois segundo Serafim e Dias (2012) o Estado não é completamente dependente da sociedade, mas também não existe uma completa autonomia, o que é considerado normal nas democracias modernas. Então, caberia a pergunta: Qual tipo de participação democrática estaríamos falando? Certamente, não se refere a uma concepção de democracia direta, mas um tipo de democracia que dependeria de uma espécie de “procuração” dada a um grupo que defende uma ideologia para atingir o desenvolvimento social e econômico, que estariam em favor de uma maioria. Restaria a sociedade verificar a efetividade desta política em momento posterior.

De acordo com Dagnino (2010) a Rede de Revitalização da Indústria Defesa (RRID) foi o principal elemento político-ideológico que atuou sob a forma de um *lobby*, e que ganhou um amplo espaço nos meios de comunicação no período do governo Lula. Seu sistema de crenças foi especialmente veiculado em grandes jornais de circulação nacional.

Como aprofundamento na compreensão dessas especificidades, outros estudos como em Dagnino (2009); Dagnino e Dias (2007); Dias (2005) destacam o problema de aceitar uma visão triunfalista³ da Ciência e Tecnologia (C&T), bem como à necessidade de reorientação das políticas de CT&I para um viés democratizante, com vistas ao desenvolvimento social e econômico dos países periféricos, especialmente do Brasil. Segundo essa visão o mero investimento de vultosos recursos em ciência e tecnologia já seriam capazes de gerar desenvolvimento social e econômico, desprezando a existência de crescimento econômico sem emprego ou com geração de desemprego. Trata-se de um tema bastante polêmico e complexo mas que sempre tem requerido atenção, principalmente no campo de estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, desde suas origens nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, optou-se por tratá-lo neste artigo com vistas a levantar reflexões para o estudo de caso do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG, que visa contribuir para a inteligência estratégica das Forças Armadas e para os interesses da Soberania do Brasil.

Além de outros aspectos relevantes, segundo Dias (2014), esta visão polêmica que foi levantada pelo PLACTS na década de 1970, tendo como um de seus principais representantes atualmente Renato Peixoto Dagnino, fornece um contraponto importante em relação aos estudos microeconômicos com foco em experiências de empresas privadas que caracterizam a abordagem convencional dos países da Europa e América do Norte, já que esta visão se constitui em uma base inconsistente para a formulação de políticas públicas, tendo em vista a condição periférica da América Latina e Caribe (ALC), que resulta em um comportamento distinto das empresas privadas com relação à inovação. Disso resulta o fato de que a empresa privada brasileira não enxerga a inovação como algo importante e lucrativo para os seus negócios, pois prefere importar tecnologia estrangeira. Este comportamento diferente da indústria brasileira é denominado de condição periférica, a qual se encontra historicamente desfavorável em relação aos países do centro (Dagnino 2020).

O Quadro 1 a seguir apresenta as duas concepções tratadas neste

³Segundo esta visão triunfalista, a ciência e a tecnologia promoveriam soluções para a sociedade moderna e nunca gerariam contradições ou problemas que mais tarde deverão ser solucionados com a inserção de novas tecnologias, como é o problema da poluição gerada por plásticos por exemplo, cuja reciclagem ainda não foi capaz de contê-la.

estudo: a concepção predominante e hegemônica que rege as políticas de CT&I para a IDB e a visão próxima ao PLACTS, associada ao sistema de crenças com viés democratizante e social, da qual este trabalho compartilha.

Quadro 1. Comparação entre as concepções discutidas no presente estudo

Elementos de crenças	Concepção hegemônica.	PLACTS
Visão geral	Concepção baseada na Teoria da Inovação, empreendedorismo e meritocracia.	A sociedade é determinante na ciência e tecnologia e não o contrário.
Concepção de tecnologia	Emulação da C,T&I em relação aos países ditos avançados.	Ênfase na tecnologia desenvolvida com a participação democrática e com inclusão social. Tecnologias centradas na resolução de problemas.
Quem deveria produzir C,T&I	Cientistas, engenheiros, empreendedores e empresários	Cientistas, grupos sociais, empresas públicas ou indivíduos.
Protagonistas da política	Cientistas, governo e empresas	Cientistas, governo, empresas, ONGs, sociedade civil organizada.
Estratégia de Implementação	Visão empresarial do livre mercado (neoliberal), com apoio do Estado “forte” não intervencionista.	Ênfase ao cooperativismo ou associativismo
Difusão tecnológica	Transferência de tecnologia	Adequação sociotécnica ⁴

Fonte: Rodrigues et al. (2020) com adaptações.

Na perspectiva do PLACTS, de acordo com Galante e Mari (2020), especialmente a do intelectual Jorge Sábato, que apesar de valorizar a participação do Estado e das empresas estatais na economia, era um crítico ao que chamava de “partido militar” quando ele se referia ao complexo industrial-militar dos EUA, devido às suas convicções democráticas e por acreditar que a ciência e a tecnologia deveriam estar voltadas às necessidades sociais e econômicas da população por uma via nacional desenvolvimentista. De acordo

⁴ Adequação sociotécnica pode ser entendida como uma forma diferente de produzir tecnologias a partir das necessidades e peculiaridades de cada país de forma endógena e autônoma.

com Dias (2014) os integrantes do PLACTS possuem como traço marcante o entendimento de que o atraso científico e tecnológico da América Latina seria uma consequência de seus problemas econômicos e sociais, contrapondo-se à visão ofertista linear que entende a ciência (e tecnologia) como sendo determinista do desenvolvimento econômico e social. Esta visão leva em consideração a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que se contrapõe à política de C,T&I orientada exclusivamente para interesses privados, como é o caso da Lei de Inovação⁵ (Lei nº 10.973/2004). Como exemplo, nota-se nesta lei, a emulação de políticas estadunidenses e o favorecimento de empresas privadas, em detrimento das particularidades da América Latina em sua condição periférica. Outro ponto é a indistinção entre empresas nacionais e empresas estrangeiras, tendo ambas as mesmas prerrogativas e direitos (Dias 2014).

De acordo com Dagnino (2016), o trecho a seguir, explica como funciona a relação “qualidade” e “relevância” na produção tecnocientífica nos países avançados, enquanto que nos países de condição periférica, a escassez em sinais de relevância oriundos da sociedade civil resulta em um frágil e quase inexistente Sistema Nacional de Inovação. A disfuncionalidade da universidade brasileira, é reflexo da emulação da “qualidade” e da “relevância” que é dada à pesquisa científica e tecnológica dos países ditos avançados.

Os Estados Unidos, nos anos 1980, chegaram a gastar 70% dos recursos públicos para pesquisas na área militar. Somado ao gasto que ia para a energia nuclear e aeroespacial, chegava a 85%. Os 15% restantes eram para agricultura, saúde etc. Mas não havia nenhuma dúvida de que a população estadunidense (ou o *establishment* que a representava) nesse momento acreditava que isso era importante. Havia um sinal de relevância e os cientistas faziam com qualidade o que era considerado importante. Ou seja, nos países desenvolvidos a relevância é essencial, necessária e *ex ante*. A qualidade é suplementar, não é necessária e é *ex post*. A qualidade, portanto, não é universal: é socialmente construída. No nosso caso, que temos uma situação e uma condição periférica, onde as empresas não fazem pesquisa e o Estado e os movimentos sociais não demandam conhecimento novo, não são emitidos fortes sinais de relevância. Na atualidade, a universidade pública orienta seu ensino e sua pesquisa de modo exógeno. As agendas e os critérios de pesquisa são tentativas de emular o que se faz nas universidades de maior prestígio dos países desenvolvidos. Isto tem lugar como uma imitação do que se chama “dinâmica de exploração da

5 Apesar de serem leis distintas, existem elementos suficientes para afirmarmos que a Lei de Inovação brasileira de 2004 foi inspirada no *Bayh Dole Act* estadunidense da década de 1980, porém atuam em contextos sociais, econômicos e culturais distintos de cada país.

fronteira mundial”, mas que na realidade é um processo que produz um conhecimento cada vez mais monopolizado, que é visto como universal e neutro (Dagnino 2016, 40).

Nos EUA, por exemplo, o complexo industrial-militar foi constituído no período da Segunda Guerra Mundial, a partir dos sinais de relevância da sociedade. A sociedade e o governo entenderam que havia necessidade em barrar o avanço do fascismo e do nazismo que despertava na Europa, além do que isso poderia prejudicar a expansão do comércio internacional deste país. Na ALC estes sinais de relevância não seriam efetivos a ponto de serem identificados pelas universidades e institutos públicos de ensino e pesquisa, dada a sua condição periférica.

Transferência de Tecnologia, Atores e Forças Políticas

Um processo de TT “de ponta”, pode ser altamente complexo e exige muitas negociações em que uma infinidade de variáveis estão em jogo e, se não forem devidamente equalizadas, podem imprimir resultados negativos para ambas as partes em negociação, ou uma das partes pode simplesmente não ter vantagem nesse quesito. A tecnologia licenciada deve ser transferida sem limitações, e ainda assim, manter outras vantagens para a empresa detentora das patentes. É essencial que as partes tecnológicas sejam passíveis de transformação em outros produtos capazes de gerar inovações na área civil (Barbosa 2010).

Alguns autores importantes como De Souza et al. (2019) afirmam que projetos tecnológicos de cunho militar, como o caso da aquisição dos caças suecos (GRIPEN NG), são capazes de gerar autonomia tecnológica (contribuindo para a exportação de Material de Defesa -MD), inserir empresas brasileiras nos processos de desenvolvimento e produção e seriam capazes de gerar milhares de empregos. Basta saber se de fato estes resultados serão consolidados nos próximos anos, uma vez que ainda não foram encontrados dados sobre este ponto.

Por outro lado, uma análise mais detida, partindo da visão de Dagnino (2010), a IDB tem sido movida muito mais em função de um discurso teórico baseado em um sistema de crenças. Esta condição deveria ser repensada pois, a inserção de empresas privadas brasileiras na fabricação das tecnologias de defesa é muito pequena quando se considera o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dessa forma, este quadro tem resultado em grande dependência tecnológica em relação aos países ditos avançados e os empregos gerados pela

IDB tem sido em número exíguo ou, em alguns casos, inexistentes (Dagnino 2010). Nesse sentido, é razoável afirmar que a TT somente poderá ocorrer de forma plena, pelo lado do fornecedor, se a corrida tecnológica estiver vencida. Seria ingênuo pensar que esta seria facilmente vendida sob as custas de apenas uma quantia pecuniária, mas ela se dá na realidade às custas de vantagens militares e estratégicas, em função de princípios de soberania nacional das potências estrangeiras. Normalmente, a TT ocorre quando o país fornecedor já possui tecnologia mais avançada do que aquela que está sendo vendida. A defasagem tecnológica, mesmo que pequena, é uma realidade inexorável ao processo de TT, isso se verifica facilmente, no caso da compra dos caças GRIPEN pelo Brasil, na demora do processo de compra, sendo iniciado em 2010 e concluído somente 2020 com a assinatura do contrato. O Quadro 2 a seguir apresenta a cronologia do planejamento e negociação, culminando com a compra dos caças suecos, até o presente processo de TT (em andamento) com prazo vigente de entrega até 2024.

Quadro 2. Cronologia da negociação para a compra dos caças Gripen NG.

Governo	Data	Principais Acontecimentos
FHC	1995	<i>Policy arena</i> / Identificação do problema/Fase de Planejamento da PP. Conformação da agenda no governo FHC. O governo FHC cria o projeto FX com o objetivo de substituir os ultrapassados caças mirage F 2000 da FAB.

LULA (processo decisório)	2003	<i>Policy arena/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.</i> Cancelamento do projeto FX por parte do governo Lula
	2006	<i>Policy arena/ Formulation of the PP/ Planning Phase of the PP/ Conformation of the agenda in the Lula government.</i> Governo Lula anuncia projeto FX2
	2008	<i>Policy arena/ Formulação da PP/Fase de Planejamento da PP/ Conformação da agenda no governo Lula.</i> Título da matéria: Em vez de comprar, FAB vai construir caça Fonte: O Estado de São Paulo, 18/05/2008, Nacional, p. A8
	Julho de 2009	<i>Policy arena/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.</i> Parlamentares brasileiros viajam à França para conhecer de perto o caça Rafale. Presidente Lula declara publicamente que é a única empresa interessada em conversar sobre possível TT.
	Setembro de 2009	<i>Policy arena/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.</i> Desenrolam-se uma série de negociações entre o Brasil na condição de interessado na compra e os outros países como ofertantes: Suécia, EUA e França.
	Outubro de 2009	<i>Policy arena/ Fase de Planejamento da PP/Conformação da agenda no governo Lula.</i> Com a declaração do Ministro Nelson Jobim, em nível político aumenta a percepção do Brasil sobre a importância da Transferência de Tecnologia após a oferta da Suécia com menor preço e com o fato de que 40% dos aviões poderão ser fabricados no Brasil.
	Novembro de 2009	<i>Policy arena/ Conformação da agenda no governo Lula.</i> Novas ofertas ampliadas da França fazem adiar a decisão e acirrar a concorrência entre os países ofertantes de tecnologia.
	Janeiro de 2010	<i>Policy arena/ Conformação da agenda no governo Lula.</i> É emitido um relatório técnico por parte da FAB declarando o caça sueco Gripen NG como melhor opção de compra.

DILMA	Novembro de 2013	Policy arena/Conformação da agenda Proposta orçamentária no valor de 8,4 bilhões de dólares é enviada com Congresso Nacional.
	Dezembro de 2013	Policy arena/Conformação da agenda Relator do orçamento informa que não há previsão para a compra, uma vez que não é considerada uma prioridade enquanto projeto político para aquele momento.
	18 de Dezembro de 2013	Fase do processo formal da PP/Conformação da agenda “O Gripen foi selecionado após análises de aspectos operacionais, técnicos, logísticos, de custos e de transferência de tecnologia. O relatório elaborado pela Força Aérea Brasileira teve 33 mil páginas e incluiu análises das indústrias, dos projetos e de uma equipe formada por pilotos, engenheiros, oficiais de logística e de outras especialidades” (Revista Asas, 2020).
	27 de Outubro 2014	Fase do processo formal da PP/Execução da PP Assinatura do contrato, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2014. (Revista Asas 2020) e (Defesanet 2015)
	20 de Setembro de 2020	Fase do processo formal e Execução da PP Chegada do primeiro caça ao Brasil (Revista Asas, 2020)
	Vigência do contrato de TT	Execução da PP 2024

Fonte: Elaboração própria com dados de Jornal Estadão (2013); Vasconcelos (2019, 282); Revista Asas (2020); Revista Aero Magazine (2014); Defesanet (2015), Monteiro e Nogueira (2008)..

De acordo com Serafim e Dias (2012), o ciclo da política (*policy cycle*) é apoiado por muitos autores como sendo constituído por cinco fases, sendo os três primeiros mais importantes por caracterizarem a racionalidade de um PP e que envolvem as disputas (*policy arena*): 1. identificação de problemas; 2. conformação da agenda; 3. formulação; 4. implementação e; 5. avaliação da política. Sendo assim, destaca-se na AP do processo de compra dos caças GRIPEN NG, de acordo com o Quadro 2, a identificação do problema em meados de 1995 no governo FHC e conformação da agenda no sentido de protelar o gasto, devido à forte postura de “redução” do Estado naquele governo.

A conformação da agenda é identificada no governo Lula a partir do ano de 2003, quando esta cancela o antigo Projeto FX, iniciado no governo FHC. Acredita-se que esta decisão já previa uma modificação nessa PP apontando um possível aumento de gastos neste setor, certamente por pressão da RRID. Contudo, a mudança de denominação do projeto (de Projeto FX para Projeto FX2) teria ocorrido como uma forma de política explícita, pois em essência a gênese do governo anterior continuava a mesma, que era a modernização dos antigos caças Mirage F2000 da FAB por jatos mais modernos, porém, em certa medida, com um viés contrário à ideia do Estado Mínimo que preconiza a redução de gastos públicos. Antes de 2013 a concorrência teria ocorrido entre o caça Rafale F3 da empresa francesa Dassault, o Super Hornet F-18 da estadunidense Boeing e o GRIPEN NG da sueca Saab.

De acordo com Ferreira e Medeiros (2016a), não é possível pensar a implementação de PP de forma independente da formulação da política, sendo que em circunstâncias diferentes tais processos podem estar entrelaçados. Disso resulta o fato de que, quanto ao período de formulação da PP pode-se dizer que se iniciou no governo Lula em 2003, mas no governo anterior (FHC) já havia algum planejamento incipiente, porém as pressões para a aquisição dos caças talvez não tenham sido suficientes para fazer frente ao forte discurso neoliberal vigente naquele momento histórico, isso se confirma pelo baixo valor proposto inicialmente no Projeto FX, (US\$ 700 milhões), quando comparado aos gastos previstos no governo Lula e Dilma (Jornal Estadão 2013).

Destaca-se o fato da empresa sueca Saab ter oferecido um acordo de compensação no valor de 9 bilhões de dólares em investimentos da empresa em instalações de fábricas brasileiras para a produção dos caças (Vasconcelos 2019, 282). Resta saber qual será a postura dos governos vindouros em relação a estes investimentos, mais precisamente quanto ao incremento de tecnologias novas, políticas de proteção da indústria nacional de defesa e a política de exportação de MD, no sentido de compensar os elevados gastos na compra dos caças GRIPEN NG. Estes resultados precisariam ser acompanhados de perto pela sociedade civil, uma vez que é ela quem paga os impostos que permitem a existência destas PP.

Na opinião do pesquisador da Unicamp Dr. Marcos José Barbieri Ferreira⁶, a possibilidade de concluir o desenvolvimento tecnológico na construção dos caças no Brasil, com os engenheiros da FAB, tornaria a TT ainda mais promissora para o Brasil. De acordo com o Quadro 3 a seguir, ressalta-se a participação da Embraer na montagem parcial de 23 caças no

6 Citado por Vasconcelos (2019).

interior paulista, sendo que 13 unidades serão montadas com a participação de 46 engenheiros da FAB, capacitados para trabalhar em parceria com a Saab na Suécia. A partir do ano de 2021, 15 unidades serão montadas inteiramente na Embraer (Vasconcelos 2019, 282). A eficiência e eficácia do processo de TT no processo de compra dos caças GRIPEN NG esteve muito ligada a existência da EMBRAER enquanto empresa pública e nacional, e menos da IDB de capital privado, uma vez que segundo Ferreira (2016b) esta empresa responde sozinha por mais de 80% das receitas do conjunto de empresas do setor, fazendo com que a cadeia produtiva da indústria aeronáutica brasileira seja altamente dependente da EMBRAER.

Quadro 3. Resultados finais da compra dos caças Gripen.

Total de unidades	Modelos	Programa <i>Offset</i>	Valor total
Pacote de 36 jatos Gripen NG (Entrega do último jato em 2024)	28 monopostos Gripen E 8 bipostos Gripen F	Investimento da Saab em empresas fabris no Brasil; Treinamento de engenheiros e pilotos na Suécia.	US\$ 4.1 bilhões (BRL 15.5 bilhões)

Fonte: Vasconcelos (2019, 282).

O Quadro 3, mostra os resultados da compra dos caças Gripen, representando um investimento muito além do que foi inicialmente orçado nos governos FHC (R\$ 700 milhões) e no governo Lula (R\$ 2 a 3 bilhões). Isso talvez teria chamado a atenção dos jornais e dos representantes do judiciário e teria conduzido a versões contestáveis sobre possíveis desvios de recursos nos governos do Partido dos Trabalhadores. Este fato ilustra a importância da AP e de considerar os aspectos ligados à condição periférica dos países latino-americanos apontados pelo PLACTS, uma vez que uma revisão destes dados explica que o maior prejuízo não estaria nos possíveis danos ao erário por corrupção, mas sim aos graves intervenientes políticos associados ao jogo do poder global, em um contexto de neoliberalismo crescente, com a ampliação da fome e da desigualdade social.

Destaca-se como ator preponderante no processo decisório da compra dos caças GRIPEN NG a RRID (*lobby*), que segundo Dagnino (2010), é uma rede formada por atores públicos (principalmente militares) e privados

(empresários, jornalistas e pesquisadores) que participaram do jogo político⁷ da RRID desde o início do governo Lula. Borelli e Dos Reis Peron (2017) discutem os motivos do retorno desse discurso a partir do ano 2000.

Com uma das evidências que caracterizaram este jogo político do processo de compra dos caças GRIPEN NG como sendo quase exclusivamente de natureza política-ideológica, segundo Magalhães (2016), dois atores que estabeleceram relações contraditórias foram o Itamaraty e o Ministério da Defesa, o que apontaria uma fragilidade política desse período:

Denomina de “Síntese Imperfeita” as relações entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Isto é, a interação entre defesa e diplomacia se caracterizou, principalmente, pela ausência de um elemento integrador que se manifestasse por meio de consenso político abrangente e capaz de produzir diretrizes de longo prazo sobre o papel a ser desempenhado pelo Brasil no mundo. A Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996, de acordo com Alsina, constituiu um documento que sequer pode ser classificado como Política, já que, na ausência de diretrizes claras emanadas do poder político, a PDN apenas refletiu posições tradicionais da Chancelaria e das Forças Armadas: “a PDN não representou, portanto, qualquer constrangimento significativo à continuidade das políticas setoriais pouco articuladas perseguidas por diplomatas e militares. Ao fim e ao cabo, produziu-se uma síntese imperfeita entre a política externa e a política de defesa”. (Magalhães 2016, 84).

A fragilidade entre a articulação entre política externa e política de defesa parece estar bem clara naquele momento histórico, o que acarretaria uma dificuldade do Estado em se beneficiar do processo de compra dos caças GRIPEN NG, seja pela defesa da sua soberania nacional, seja pela defesa da sua indústria militar.

No processo de compra dos caças GRIPEN NG, uma parte mais formal e técnica da *policy* (planejamento) ficou designado à Força Aérea do Brasil (FAB), enquanto à *politics* esteve influenciada por vários órgãos diferentes, tais como EMBRAER, Congresso Nacional, grande mídia, Ministério Público, Presidência da República, atores internos do Judiciário e especialmente a RRID.

De acordo com Dagnino (2010), a IDB era constituída por um conjunto de 100 a 150 empresas na década de 1980. De acordo com o Ministério da

⁷ Matus (1996); Dagnino (2010) e outros autores como Bachrach e Baratz (1962), usam o termo “jogo político” em referência ao agir social dentro da política.

Defesa (2014a) esta se define como “o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, as quais possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país.” Até o presente momento, ainda não se sabe como estas empresas serão estimuladas, beneficiadas ou envolvidas em algum processo de geração de inovação e desenvolvimento econômico e social. Com a pesquisa realizada por este artigo foi possível verificar que nenhum dado objetivo foi exposto de maneira clara a respeito deste ponto até o ano de 2022, os sites jornalísticos pesquisados não fazem comentários mais aprofundados sobre este ponto.

Meios de Comunicação

Por alguma razão, quando o projeto FX foi criado pelo governo FHC em 1995, houve certa pressão dos meios de comunicação e da FAB, porém, nada se compara à pressão exercida durante os governos Lula e Dilma seguintes, uma vez que inexistem estudos com finalidade de esclarecer o jogo político que envolveu a IDB e o governo FHC. Talvez a coalização de defesa mencionada por Dagnino (2010) ainda não estava formada, mas é preciso levar em conta que o partido que estava no poder era alinhado com o pensamento daqueles que formaram a coalizão no governo Lula, com vistas à aquisição de armamentos (RRID).

De acordo com Barbosa (2010), a FAB já possuía a intenção de dar seguimento ao projeto FX2 a partir de 1998. Contudo, no início do ano de 2010, já no governo LULA, o jornal Folha de São Paulo teve acesso a um relatório técnico da FAB, que indicava a preferência dessa instituição militar pelos caças suecos. A polêmica de caráter puramente jornalística, surgiu do fato de que alguns meses antes o presidente teria feito uma declaração aos meios de comunicação da sua preferência política ao caça francês Rafale (Barbosa 2010). Isso teria desencadeado uma série de matérias jornalísticas que culminaram com a acusação de que os governos do PT teriam a intenção de desviar recursos financeiros do processo de compra dos caças, até culminar com a judicialização do ocorrido envolvendo um processo contra o presidente Lula e que também envolveu a presidenta Dilma.

Em 2013 persistia uma certa polêmica nos jornais (Quadro 2). Em matéria publicada pelo Jornal Estadão (2013) há a tentativa de explicar ao leitor o que de fato teria ocorrido e quais as possibilidades de envolvimento do governo Lula em corrupção nesse caso. Tendo em vista a posição crítica do

referido Jornal, torna-se evidente que a polêmica ainda persistia até o ano da referida matéria e que possivelmente era resultante de um sistema de crenças de cunho neoliberal, que contestava os elevados gastos com a compra dos caças, algo atípico na política dos governos federais até aquele momento.

De acordo com Berdu (2016), em junho de 2013, o jornal britânico *The Guardian* divulgou as informações vazadas por Edward Snowden⁸. Tais informações mencionava a existência de espionagem sob a forma de gravações ocorridas em reuniões da presidenta Dilma Rousseff. Certamente, isso provocou influências na tomada decisão em algumas políticas públicas no Brasil, e uma delas foi a escolha na compra dos caças da Suécia Gripen NG, que se concretizou pelo detrimento da compra dos caças norte-americanos da Boeing, na conclusão do Projeto FX-2.

Segundo Berdu (2016) a decisão pela compra dos caças Gripen obedeceu a diversos parâmetros técnicos, operacionais, logísticos, de custos finais e de manutenção, de TT e geração de empregos, com relatórios de cerca de 33 mil páginas com pareceres de pilotos, engenheiros, e demais especialidades. Entretanto, de acordo com o marco teórico referencial adotado neste artigo, torna-se inegável que também houve uma decisão de caráter eminentemente política por parte da então presidenta Dilma. Ressalta-se aqui a importância do formato dessa decisão, que ocorreu antes da elaboração do relatório, e que apesar de também estar baseado em um sistema de crenças mais “progressista”, parece óbvio constatar que neles permearam interesses político-ideológicos, mesmo que não identificáveis sob uma dada perspectiva de estudo.

Além disso, como afirma Mészáros (2012) e Albornoz (1997), além de inúmeros outros autores, não existe neutralidade nas instituições que representam o Estado, e muito menos por parte dos jornais que, em sua maioria representa os interesses das oligarquias e do capital. A abordagem defendida por Albornoz (1997) tem como um de seus pressupostos a defesa do conceito de “inovação social”, uma vez que entende que a inovação é resultante de um processo muito mais complexo do que aquele defendido por uma visão hegemônica e exclusivamente econômica ou inovacionista. Este processo depende não somente de atores puramente econômicos como empresas e Estados, mas depende de um vasto tecido social capaz de sustentar a inovação, para isso seria imprescindível uma maior participação democrática na elaboração de políticas públicas em C,T&I. As políticas de C,T&I na América Latina tem sido criadas de acordo com um transporte acrítico de

⁸ Ex-consultor da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos da América (EUA).

modelos que correspondem à realidade dos países ditos avançados, os quais fazem parte de realidades diferentes em relação aos países latino-americanos.

Comércio Internacional de Materiais de Defesa

Para Dunne e Uye (2014) a influência do comércio de armas e os gastos militares no crescimento econômico dos países é muito complexa e depende de vários canais, tais como formação de recursos humanos, fatores relacionados a investimentos de capitais, tipo de tecnologia, relações externas. Em consonância com Ambros (2017), os estudos em geral não apresentam um consenso claro a respeito das reais vantagens econômicas para os países, sendo que alguns autores consideram que as atividades de defesa são capazes de até mesmo inibir o crescimento econômico. Ainda assim, estes canais podem ter efeitos positivos ou negativos, a depender de uma diversidade de fatores, muitas vezes incontroláveis por parte dos governos e de suas políticas, que tornam os investimentos em indústria de defesa algo incerto e arriscado.

Neste sentido, Dagnino (2010) defende que a IDB apresenta um caráter eminentemente deficitário, de forma que sempre está atrelada a uma decisão política e nunca econômica. Os gastos com Material de Defesa (MD), na maioria dos países, faz com que estes sejam movidos a exportar com o objetivo de amortizar os gastos militares.

Curiosamente, e de forma a confirmar a visão aqui apresentada, um estudo de Dunne e Perlo-Freeman (2003) aponta que houve pouca mudança nos gastos militares em países em desenvolvimento durante e após a Guerra Fria, mesmo aqueles países que possuíam vizinhos não hostis. Isso pode ser considerado um indício do caráter meramente político-ideológico (que poderia estar ligado à herança da Guerra Fria) referente as ações do Estado no que se refere a políticas ligadas à IDB. Por outro lado, isso poderia levar a algumas reflexões a respeito dos reais interesses sob o manto do conceito de Guerra Fria, que pode ser muito mais ligado aos interesses econômicos de certos grupos militares, sejam eles privados ou políticos.

Este dado também pode apontar que, assim como no Brasil, as motivações políticas e ideológicas para a crescente ID mundial, não retrocederam e que as mesmas podem se mover por mecanismos de compensação de gastos por meio de exportação e importação. Sendo assim, estes mecanismos de compensação podem ser muito rentáveis para os países, porém, como aponta Dagnino (2010), eles tem sido muito mais interessantes para os EUA e pouco interessantes para os países da América Latina. O

Brasil compra mais do que vende e não tem motivos maiores para isso, como é o caso da Venezuela que tem motivo para comprar, pois é um país que precisa investir em defesa militar devido ao seu enorme potencial geopolítico e estratégico em petróleo, e as disputas políticas internacionais advindas de suas características.

As reflexões de Dunne e Perlo-Freeman (2003) a respeito da manutenção em patamares próximos em gastos militares antes e depois da Guerra Fria, analisadas juntamente com os estudos de Dagnino (2010) nos levam a pensar o quanto os países do Sul (principalmente os latino-americanos) estão orientados pela política exterior de exportação de armas adotada pelos EUA. De certa forma isso mostra um outro lado da dependência cultural e tecnológica vivida pelos países de condição periférica. Para Dunne e Perlo-Freeman (2003), não houve mudanças significativas neste quesito após a queda do muro de Berlim, o que evidenciam a prevalência dos interesses econômicos dos EUA em função do seu complexo militar-industrial.

Seguindo o estudo realizado por Dagnino (2010), de 1989 a 1999, a participação dos Estados Unidos da América (EUA) como exportador de Material de Defesa (MD) sempre foi o mais elevado das américas. Segundo Herrera-Lasso (1987, 129) entre 1977 e 1980 o Brasil importou US\$ 641 milhões em comparação a uma exportação de US\$ 421 milhões, em armamentos. De acordo com dados da USACDA (2000) citado por Dagnino (2010), de 1997 a 1999 o Brasil foi o maior importador de MD da América Latina, figurando em primeiro lugar com US\$ 980 milhões. Curiosamente, o segundo lugar esteve com a Venezuela que sempre possuiu como motivação política para tal o fato de ser um dos países com uma das maiores jazidas de petróleo do mundo. Tendo em vista a sua maior robustez econômica em relação a outros países da América Latina, devido ao seu tamanho e recursos naturais é justificável os maiores gastos por parte do Brasil⁹. Contudo, não necessariamente houve um desenvolvimento maior da IDB e do desenvolvimento de tecnologia militar autônoma nesse período.

De acordo com Mészáros (2012), o complexo industrial-militar norte-americano provocou uma influência histórica internacional a ponto de ser um importante fornecedor de armas para muitos países aos quais apresentava relações mais estreitas, e este fato ainda perduraria até os dias atuais. Com isso passou a existir uma compensação econômica importante para este país quando uma parte dos países passam a ser importantes importadores de MD.

9 De acordo com Herrera-Lasso (1987), países como Brasil, Argentina e Venezuela possuem capacidade de pagamento de importantes programas militares (em relação a outros países da ALC) sem a consequência de um efeito de alto custo significativo para o prejuízo de suas economias.

Por outro lado, casos da América Latina como o Brasil, exporta menos do que deveria exportar em termos de MD, com a finalidade de compensação dos exorbitantes gastos da ID, as quais não tem gerado transbordamentos do tipo *spin off*.

Governos FHC, Lula e Dilma

Segundo Dias (2012) o governo FHC foi marcado por uma política de CT&I de emulação de práticas empregadas nos países desenvolvidos, desmonte de grande parte das estruturas estatais implementadas em períodos anteriores, alinhamento do arcabouço legal ao praticado em nível internacional¹⁰, especialmente ao que se apresentava em países do Norte global. O discurso da inovação tecnológica (inovacionismo) ganhou força com as expressões “empreendedorismo”, “incubadoras de empresas” e “parques tecnológicos”. Concomitantemente a estas abordagens, fortalecia em nível de política explícita, a ênfase na ideia de “incremento dos gastos em atividades de P&D” e “parceria universidade-empresa” defendida especialmente por parte da comunidade de pesquisa (Dias 2012). Naquele momento histórico houve uma grande ascensão do projeto neoliberal.

No governo Lula, no que tange à IDB, a Teoria da Inovação também foi um discurso predominante, apesar das críticas ao neoliberalismo feitas pelo PT, principalmente para encorpar argumentos em prol do aumento nos gastos militares (Dagnino 2010).

Seguindo a abordagem de Bachrach e Baratz ([1962]2011), tendo em vista a abordagem desses autores sobre a face pluralista do poder, e considerando os procedimentos políticos e as regras estabelecidas do jogo de acordo com a visão de Dagnino (2010), pode-se inferir que, no período do governo FHC, possivelmente se configurou uma espécie de *non decision-making*¹¹.

A teoria pluralista, segundo Dahl (1961), citado por Ham e Hill (1993, 47), aponta que “as fontes de poder estão distribuídas de forma desigual, mas de forma ampla entre indivíduos e grupos”. No caso da AP do processo de compra dos caças GRIPEN NG, isso pode ser constatado pelo fato de que, a

10 Estabelecimento do Acordo Comercial Relativo aos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS): Lei de Propriedade Industrial (Lei n° 9.279/1996), de Cultivares (Lei nffl 9.456/97), de Programas de Computador (Lei n° 9.609/98) e de Direitos Autorais (Lei n° 9.610/98) (DIAS, 2012).

11 *Non decision-making*: De acordo com Serafim e Dias (2012) ocorre quando “grupos políticos se articulam para suprimir os conflitos.”

partir de 1995 e até o final de seu governo, não houve pressões suficientes para a execução da compra dos jatos (“face invisível do poder¹²”). Salienta-se que a RRID já existia nesse período, segundo constata-se em Dagnino (2010). A RRID teria atuado como grupo de pressão, que promovia a cooperação com o governo FHC no sentido de não gerar conflitos com este governo, uma vez pode-se supor que ambas as forças políticas se apresentavam no mesmo lado ideológico (direita conservadora).

Na visão de Bachrach e Baratz ([1962]2011) o fato de um governo não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de fazer política pública. Para Ham e Hill (1993) as ausências de decisão, também precisam ser objeto de estudo na AP. Partindo destes pressupostos, é notório que o governo FHC foi caracterizado por uma política de Estado Mínimo, tipicamente neoliberal, contando inclusive com omissão por parte do Poder Executivo em algumas áreas fundamentais como saúde e educação (Dias 2012). Sendo assim, a não tomada de decisão, quanto ao abandono do Projeto FX pelo governo FHC, é um fato político a ser considerado no presente estudo.

Conclusões

Os argumentos apresentados neste estudo reforçam a abordagem apresentada em Dagnino (2010), e mostra a atualidade deste autor para AP da IDB. No que se refere principalmente ao viés político-ideológico do processo decisório das PP, que receberam apoio da Indústria de Defesa no Governo Lula, transborda essa mesma tendência para o governo Dilma no que se refere à compra dos caças GRIPEN NG, bem como no que se refere à continuidade da existência da RRID nos governos Lula e Dilma. É inegável a importância do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG e sua contribuição para a Defesa Nacional.

Contudo, como resultado principal, este trabalho traz à tona uma outra perspectiva sobre quais foram as reais motivações que culminaram na efetivação do contrato de compra e TT dos caças GRIPEN NG, o que ajuda a enriquecer o debate. Para o pensamento hegemônico, foi a compra de MD mais bem-sucedida da história da aeronáutica brasileira, e para um pensamento contra-hegemônico um dos exemplos em que os aspectos ideológicos foram preponderantes, em detrimento aos valores ligados ao desenvolvimento social e econômico.

12 Face invisível do poder: Expressão usada por Bachrach e Baratz (1962, 35) para se referir ao caráter complexo do poder e suas especificidades de acordo com cada tempo histórico.

Por meio deste estudo é possível perceber, conforme a visão de Dye (1992), que políticas públicas tendem a moldar a opinião pública, sendo muito mais comum o fato de que a opinião pública pouco contribui na construção de políticas públicas. Neste sentido, é preponderante a existência de um jogo político inerentemente pouco participativo, em um sentido democratizante, e isso foi possível observar na análise da atuação dos meios de comunicação.

O processo de compra dos caças suecos obedeceu a uma concepção internacionalizada de MD, mesmo que estes interesses não tenham sido norteamericanos, como tentou evitar a presidenta Dilma, devido aos vazamentos divulgados por Eduard Snowden (Harding 2014). Em certa medida isso mostra uma certa fragilidade da unipolaridade representada pelos EUA.

Nossa dependência está vinculada diretamente a processos históricos que estiveram diretamente ligados a interesses internacionais e vinculados à ascensão do neoliberalismo no mundo (Ocampo e Flores 2016). Trata-se de um problema de dependência crônica, que não pode ser superado exclusivamente a partir de uma visão de neutralidade e determinismo da tecnocracia capitalista (triumfalismo da C,T&I). Mais do que isso é necessário que o Estado seja o grande fomentador direto da economia, seja na melhoria da infraestrutura de saúde, transportes, comunicação e etc, até em fortes intervenções para a superação da miséria, do analfabetismo, da exclusão social e da degradação da natureza, temas que poderiam até ser considerados mais importantes no atual momento histórico. Isto somente já justificaria o debate exposto neste artigo no campo de estudos da CTS.

De uma forma geral, a posição dos meios de comunicação, representado pelos principais jornais como: Jornal Estadão, O Globo e Folha de São Paulo, cumpriram um papel político-ideológico, com o propósito de apenas chamar a atenção do leitor para a possível corrupção nos governos Lula e Dilma. Proporcionalmente, houve pouca análise técnica e praticamente nenhuma análise econômica mais profunda tendo em vista os interesses nacionais. Por outro lado os jornais Defesanet, Revista Asas e Revista Aero magazine apresentaram uma visão mais técnica e burocrática, ocultando uma abordagem pretensamente militarista e neoliberal, que poderia passar facilmente despercebido aos olhos desatentos de algum leitor. Se os grandes jornais de circulação nacional apregoam certa neutralidade inexistente, os de menor circulação, trazem uma certa aparência de “neutralidade técnica”. Este quadro promove a reprodução de uma visão triunfalista da ciência e tecnologia no caso do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG, visão que precisa ser objeto de maiores discussões na pesquisa acadêmica afim de garantir maior inteligência estratégica para as Forças Armadas quando se trata de compra de MD e garantia da soberania nacional.

Referências

- Albornoz, Mario. 1997. La política científica y tecnológica en América Latina frente al desafío del pensamiento único. *Redes*, 4 (10), 95-115.
- Ambros, Christiano Cruz. 2017. Indústria de defesa e desenvolvimento: controvérsias teóricas e implicações em política industrial. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais*. 6 (11), 136.
- Amorim, Ministro Celso. 2012. Defesa nacional e pensamento estratégico brasileiro. *Revista política hoje*. 21 (2).
- Bachrach, Peter; Baratz, Morton S. [1962]. 2011. Two faces of power. Curitiba: *Revista de Sociologia Política*. 19 (40), 149-157.
- Barbosa, Enio. 2010. “Programa FX-2 de modernização de caças da FAB pode contribuir para o avanço da indústria nacional.” *Conhecimento & Inovação* 6(1), 42-45
- Berdu, Guilherme Paul. 2016. “A política externa brasileira frente à espionagem dos EUA.” Sergipe: *Cadernos do Tempo Presente*, 25. 3-30. <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>.
- Borelli, Patricia Capelini; Dos Reis Peron, Alcides Eduardo. 2017. “Defesa e desenvolvimento no governo Lula: uma convergência possível?” *Revista da Escola de Guerra Naval* 23(2). 481
- Coutinho, Clara Pereira. 2014. “Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas.” *Leya*.
- Dardot, P.; Laval, C. 2016. “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.” São Paulo: Editora Boitempo 402.
- Dagnino, Renato.; Gomes, E.; Costa, G.; Stefanuto, G.; Meneguel, S. 2002. “Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação.” Taubaté: Editora Cabral Universitária.
- Dagnino, Renato.; Dias, Rafael. 2007 “A Política de C&T Brasileira: três alternativas de explicação e orientação.” *Revista Brasileira de Inovação*, 2007 6 (2). 373-403.
- Dagnino, Renato. A indústria de defesa no governo Lula. Editora Expressão Popular, 2010.
- Dagnino, Renato. “A Anomalia da Política de C&T e sua Atipicidade Periférica.” *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad-CTS*, 2016, 11.33: 33-63.
- Dagnino, Renato. *Tecnociência Solidária: Um Manual estratégico*. Editora Lutas Anticapital. 2a edição. 2020.

- Defesanet. 2015. Contrato do Gripen NG com o Brasil é efetivado. Brasília, 10 de setembro de 2015. 1-2. <https://www.defesanet.com.br/gripenbrazil/noticia/20286/Contrato-do-Gripen-NG-com-o-Brasil-efetivado/>.
- De Souza, D. R. O., de Arruda, V. R. R., de Barros, V. C., Santos, A. A., de Santana Silva, B., de Carvalho, G. N., & dos Santos, L. G. T. 2019. “As Potencialidades econômicas e tecnológicas dos projetos estratégicos de defesa: Uma análise do PROSUB, dos caças GRIPEN e do cargueiro KC 390.” *Revista Eletrônica da Estácio Recife*, 5(3).
- Dunne, J. Paul; Perlo-freeman, Sam. 2003. “The demand for military spending in developing countries.” *International Review of Applied Economics*, 17 (1), 23-48.
- Dunne, J. Paul; Uye, Mehmet. 2014. “Defence Spending and Development.” In: *The global arms trade: A handbook*, Routledge, 293-305.
- Dias, Rafael de Brito. 2005. “A PCT latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos.” Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- Dias, Rafael de Brito. 2012. “Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil.” Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012. 256.
- Dias, Rafael de Brito. 2014. Relatório de projeto de pesquisa. Campinas, SP. “O Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS): um Estudo Exploratório.”
- Dye, T.R. 1992. *Understanding public policy*. Londres: Prentice-Hall. 12-14.
- Ferreira, Vicente da Rocha Soares; Medeiros, Janann Joslin. 2016a. “Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas.” *Cadernos EBAPE. BR.* 14 (3), 776-793.
- Ferreira, Marcos José Barbieri. 2016b. “Mapeamento da Base Industrial de Defesa.” *Plataforma Aeronáutica Militar*. In.: IPEA/ABDI. Brasília: Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Galante, Oscar; Marí, Manuel. 2020. “Jorge Sábato y el Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología, Desarrollo y Dependencia.” *Ciencia, Tecnología y Política*.
- Ham, Christopher & Hill, Michael. 1993. “O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno” (R. Amorim & R. Dagnino, Trad.). Adaptação e revisão: Renato Dagnino. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- Harding, Luke. 2014. *Os arquivos Snowden: a história secreta do homem*

- mais procurado do mundo. São Paulo: Leya.
- Herrera-Lasso, L. 1987. "Economic Growth, Military Expenditure, Arms Industry and Arms Transfer in Latin America." London: Palgrave Macmillan. In: *The Economics of Military Expenditures*. 129. 113-138.
- Jornal Estadão. 2013. Cronologia: a compra dos caças, uma negociação de 18 anos. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cronologia-a-compra-dos-cacas-uma-negociacao-de-18-anos,1110136>. 18 de dezembro de 2013.
- Monteiro, Tânia; Nogueira, Rui. 2008. Em vez de comprar, FAB vai construir caça. In: (O Estado de São Paulo) *Jornal Estadão*. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/343569/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. 18 de maio de 2008.
- Matus, Carlos. 1996. "Política, planejamento e governo." Brasília: IPEA (2), 143.
- Magalhães, David Almstadter Mattar de. 2016. "A política brasileira de exportação de armas no contexto da revitalização da base industrial de defesa." Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).
- Mészáros, István. 2012. "O poder da ideologia." São Paulo: Boitempo. 566.
- Ministério da Defesa. 2014a. "Base Industrial de Defesa (BID)." 21 de março de 2014. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa/projetos-estrategicos>
- Ministério da Defesa. 2014b. "Lei de fomento à Base Industrial de Defesa." 21 de março de 2014. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/lei-de-fomento-a-base-industrial-de-defesa>
- Ocampo, José; Flores, Luis Eduardo. 2016. "O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência." Rio de Janeiro: Elsevier Brasil.
- Rodrigues, Diana Cruz; Sobrinho, Mário Vasconcellos; De Albuquerque Vasconcellos, Ana Maria. 2020. "Formação de coalizão de defesa e atores chaves da política." *Brazilian Journal of Public Administration*, 54 (6). 1711-1728.
- Vasconcelos, Yuri. 2019. "O novo caça da FAB." *Revista Fapesp*. 282, 1-8. <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-caca-da-fab/>
- Revista Asas. 2020. "Gripen brasileiro chegou menos de 6 anos após a assinatura do contrato." 20 de setembro de 2020. *Revista de Cultura e História da Aviação*. <https://www.edrotacultural.com.br/gripen-brasileiro-chega-menos-de-6-anos-apos-contrato-ser-assinado/>

- Ubiratan, Edmundo. 2014. Contrato assinado. Revista Aero Magazine. 7 de novembro de 2014. 246. https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/contrato-assinado_1820.html
- Sabatier, Paul A.; Jenkins-Smith, Hank C. 1993. "Policy change and learning: An advocacy coalition approach." Boulder, CO: Westview Press.
- Serafim, Milena Pavan; Dias, Rafael de Brito. 2012. "Análise de política: uma revisão da literatura." Cadernos Gestão Social, 3 (1) 121-134.
- USACDA. 2000. United States Arms Control and Disarmament Agency. World Military Expenditure and Arms Transfers. <https://www.federalregister.gov/documents/search>
- Viotti, E. B. 2008. "Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação," In: Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 137.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma investigação descritiva sob a perspectiva qualitativa através do método bibliográfico com vistas a colocar em discussão o processo político de compra e Transferência de Tecnologia (TT) dos caças GRIPEN NG. A pesquisa é apresentada sob a forma de uma Análise Política (AP) do jogo político envolvendo os principais atores ligados à Indústria de Defesa do Brasil (IDB) durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016). Recorreu-se ao estudo do processo decisório envolvendo: inter-relações entre os principais atores, consensos, interesses e valores. O estudo permitiu identificar e analisar os principais atores políticos, como eles atuaram no jogo político? Por quais motivações eles atuaram? Foram discutidos o processo de compra e Transferência de Tecnologia (TT) suas vantagens e dificuldades e como procederam alguns dos meios de comunicação, ressaltando-se algumas características do comércio internacional de MD que são relevantes para uma melhor compreensão da abordagem levantada e algumas semelhanças e diferenças entre os governos FHC, LULA e Dilma, diante deste tipo política pública conformada durante seus governos. Este trabalho levanta um outro lado, pouco lembrado entre os bastidores do processo de compra e TT dos caças GRIPEN NG, tendo em vista a visão parcial da mídia, não atinentes aos interesses econômicos do complexo militar-industrial estadunidense e muitas vezes ocultado por interesses e valores do meio político dadas as características intrínsecas destes atores. Trata-se de um outro lado que justifica a necessidade de planejar e avaliar as políticas públicas de aquisição e TT de MD visando em primeiro lugar os interesses de defesa, soberania nacional e o desenvolvimento sócio-econômico.

PALAVRAS-CHAVE

Processo de compra; Transferência de Tecnologia; Gripen NG; Política.

*Recebido em 18 de maio de 2022
Aprovado em 28 de novembro de 2022*